

A DISCRIMINAÇÃO DE GÊNERO NO CONTEXTO SOCIOCULTURAL DO ROMANCE LUCÍOLA DE JOSÉ ALENCAR

GENDER DISCRIMINATION IN THE SOCIOCULTURAL CONTEXT OF THE
NOVEL LUCÍOLA BY JOSÉ ALENCAR

Ciências Humanas, Linguística & Letras e Artes • 29/10/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/793156223](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/793156223)

Cristiane Cambraia da Silva¹

RESUMO

Este trabalho é resultado de uma pesquisa bibliográfica e discorre sobre a representação social da mulher num contexto que envolve o domínio histórico patriarcal regido pelas desigualdades de gêneros. Procurou-se então, traçar um panorama acerca dos códigos de sociabilidade da época, no qual a mulher prostituta exerce um papel estigmatizado na sociedade. Desse modo, a partir da análise da obra literária *Lucíola*, observa-se que a condição da protagonista Lúcia como cortesã influencia significativamente a maneira como sua imagem é construída e percebida pelos demais personagens. Assim, os julgamentos associados à sua sexualidade revelam mecanismos de estigmatização que contribuem para limitar seu reconhecimento social e evidenciam a existência de probabilidades distintas para homens e mulheres. Por meio dessa discussão, também permite compreender que a discriminação de gênero não pode ser analisada exclusivamente como resultado de escolhas individuais. Sob essa perspectiva, é possível considerar que as convenções culturais, as relações de poder e os valores morais que participam da construção dos papéis sociais atribuídos às mulheres. Ao examinar, a obra literária *Lucíola* possibilita refletir sobre as contradições de uma sociedade que estabelece padrões rigorosos de comportamento feminino e, simultaneamente, apresenta relações sociais que contribuem para a sustentação dessas desigualdades. Desse modo, o presente estudo contribui para ampliar a compreensão acerca das relações entre: literatura, gênero e sociedade, ressaltando a relevância da leitura crítica das representações culturais na investigação das desigualdades históricas, considerando as especificidades históricas de cada obra e as diversas formas pelas quais as narrativas literárias representam, reproduzem ou problematiza as convenções sociais de seu tempo.

Palavras-chave: Patriarcal; Desigualdade; Prostituta.

ABSTRACT

This work is the result of a bibliographic study that explores the social representation of women within a context defined by a historical patriarchal order, governed by gender inequalities. It seeks to outline the social codes of the era, a period in which the prostitute occupied a highly stigmatized role. Through an analysis of the literary work “Lucíola”, it becomes evident that the protagonist Lúcia’s status as a courtesan significantly shapes how her image is constructed and perceived by other characters. The judgments directed at her sexuality reveal mechanisms of stigmatization that limit her social recognition and highlight the disparate possibilities available to men and women. This discussion further demonstrates that gender-based discrimination cannot be understood solely as the result of individual choices; rather, it is shaped by the cultural conventions, power dynamics, and moral values that inform the social roles assigned to women. Examining “Lucíola” invites reflection on the contradictions of a society that imposes rigid standards of feminine behavior while simultaneously fostering social relations that perpetuate such inequalities. Ultimately, this study contributes to a broader understanding of the interplay between literature, gender, and society. It underscores the importance of a critical reading of cultural representations when investigating historical inequalities—taking into account the specific historical context of each work, as well as the various ways in which literary narratives represent, reproduce, or challenge the social conventions of their time.

Keywords: Patriarchal; Inequalities; Prostitute.

1. INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos as diferenças de gênero permeiam por toda a sociedade, construindo uma relação de poder do homem sob a mulher, no qual a figura feminina ocupa uma posição de subalternidade e repressão, constituindo assim, uma vida marcada por grandes preconceitos.

É neste cenário que a sociedade do século XIX configura seus princípios morais, os quais estão fortemente veiculados às diferenças de gêneros, culminando fortes discriminações no que se refere à figura feminina, onde seu espaço está delineado ao âmbito privado do lar. Isto é, seu profissional se estabelecia aos afazeres domésticos viabilizando zelo e respeito pela família, sendo impossibilitada de qualquer manifestação de sensualidade. Entretanto, havia ainda aquelas que violavam essas regras tornando-se vulneráveis ao enfrentamento de preconceitos e, conseqüentemente, tornando-se marginalizada, sendo considerado um flagelo para a sociedade, uma vez que fugia do domínio patriarcalista.

Diante do exposto, chegou-se à seguinte problemática: Quais as diferenças de gênero existente na organização sócio-cultural do romance *Lucíola*?

A princípio, nota-se que a mulher possuía um papel de subordinação, com uma função destinada específica ao ambiente privado da família, com comportamentos de preservação de sua intimidade, sobretudo no que diz respeito à sua sensualidade com uma postura conservadora.

Nesse sentido, é oportuno compreender historicamente em qual organização social a prostituta está inclusa, decorrendo assim, o

objetivo geral deste estudo que se pauta em analisar as diferenças de gêneros existentes no contexto sociocultural do século.

A pesquisa ora caracteriza-se por um estudo explicativo a fim de justificar os motivos e esclarecer os fatores que evidenciam o fenômeno em estudo que a discriminação de gênero no contexto sociocultural do romance *Lucíola* de José Alencar.

Quanto aos meios, optar-se à pela pesquisa bibliográfica em face da necessidade de recorrer a uma vasta literatura como: livros, periódicos, hipertextos entre outros que tratem da temática estudada para em seguida efetivar a elaboração do marco teórico dessa pesquisa que segundo Vergara (2003) a pesquisa bibliográfica favorece instrumento analítico para os diversos tipos de pesquisa.

Assim, o estudo em foco, constitui-se de grande relevância, uma vez que permite compreender questões sociais e religiosas presentes no contexto da segunda metade do século XIX e que e que ainda hoje permanecem no meio social, embora com menor frequência.

Nessa perspectiva, para o desenvolvimento desse estudo, inicialmente faz-se uma revisão de literatura acerca da temática proposta; em seguida busca-se compreender quais eram os padrões morais no contexto social do romance *Lucíola* de José de Alencar, e por fim, analisar a representação social da prostituta no romance *Lucíola*.

2. CONTEXTO HISTÓRICO

Produto das formas históricas de organização dos humanos, a família teve origem pela necessidade material de sobrevivência e reprodução da espécie, em que diferentes formas de organização

foram inventadas ao longo da história, dentre elas a família patriarcal, marcada pela supremacia do homem.

Segundo Xavier (1998) a associação entre famílias e patriarcado remete à origem do termo "*família*", oriundo do vocábulo latino *famulus*, que significa "escravo doméstico". Esse novo organismo social – a família – consolidou-se enquanto instituição na Roma Antiga. A família romana era centrada no homem, sendo as mulheres, no geral, meras coadjuvantes. O patriarca tinha sob seu poder a mulher, os filhos, os escravos e os vassalos, além do direito de vida e de morte sobre todos eles. A autoridade do *pater familiae* sobre os filhos prevalecia até mesmo sobre a autoridade do Estado e duraria até a morte do patriarca, que poderia, inclusive, transformar seu filho em escravo e vendê-lo.

Esse poder patriarcal não se valia do papel de pai, mas sim de homem, em que as relações eram mantidas por dois princípios básicos: primeiro a mulher era hierarquicamente subordinada ao homem; segundo os jovens, hierarquicamente subordinados aos homens mais velhos. As desigualdades de gênero eram produzidas e consolidadas pelas relações sociais, políticas e econômicas estabelecidas no código de leis das sociedades civilizadas.

No Brasil, isto é facilmente observável na medida em que o Código Civil de 1916 considerava a mulher casada relativamente incapaz, tornando nulos os atos praticados por esta sem autorização do marido, devendo seus bens, ainda que particulares, serem administrados por este, que era considerado-chefe da sociedade conjugal.

Nessas condições, o homem tinha total poder sobre a mulher, de forma que era possível inferiorizá-la, explorá-la e até matá-la, sendo amparados por lei, sem punição legal para o ato. A hierarquização de sexo na sociedade patriarcal instaurava a inferioridade da mulher, excluindo desta, o direito de participação ativa na sociedade, confinando-a no espaço privado do lar como uma propriedade do marido, a quem deveria servir e satisfazer aos seus desejos masculinos.

Essa subserviência, conforme estudos antropológicos têm origem remota, haja vista que desde os primórdios das civilizações, quando o homem deixou de ser nômade, este se encarregava da busca e caça de alimentos, e a mulher se dedicava ao lar e ao zelo dos filhos.

Nessa perspectiva, atribui ao homem o papel de chefe de família, responsável por tomar todas as iniciativas e decisões dentro do lar, a sociedade evidenciava um conjunto de valores e preceitos no que se refere à figura feminina, os quais se configuram indistintamente e exclusivamente de: Filha, Mãe e Esposa.

Assim, a mulher desde criança era instruída a partir dos princípios da obediência, honestidade e pureza, sendo também enfatizada sua capacidade de doação à família, suas habilidades domésticas e manuais, como bordar e costurar, por exemplo. Tinha uma educação estritamente restringida, seu espaço e atribuições determinadas e limitadas, não podendo contestar com o que lhe era imposto, pois carregava consigo a legitimidade de um regime patriarcalista, em que era dependente e subordinada ao pai e/ou ao esposo.

Para Albert (1980 p. 9), a mulher é uma menor sob a tutela do marido. Mais do que isto, é um objeto de propriedade nas mãos, não

sendo raro que, a coberta da lei, a pretendida união se converta numa escravidão bastante pesada para os ombros femininos^{II}. A mulher então é de domínio privado da figura masculina e sua vida se configura sob a autonomia do seu cônjuge.

Ao homem tudo era permitido, mas a mulher era desprovida de vários direitos, inclusive o de transitar pelas ruas, e quando o fazia cabia a esta a companhia de um homem, quer fosse pai, marido ou irmão.

Culturalmente criada para ser mãe, a função do sexo feminino era exclusivamente de devoção à família, porém, a educação dos filhos era comandada pelo pai, o qual tinha total poder de decisão sobre os filhos e a esposa. O homem como o chefe da família, era quem governava e realizava até a negociação do casamento de suas filhas que, embora não fosse do gosto da esposa, esta deveria manter-se calada e obediente, uma vez que era comum o marido impor-se à sua esposa como se fosse seu verdadeiro dono.

Já a mulher, representada como a rainha do lar, tinha a rua e a vida pública como privação em sua vida, sendo que este direito pertencia somente ao homem. Ela era portadora de pureza e guardiã dos valores morais da família e, restringindo-se ao lar, estaria evitando se contaminar com as coisas mundanas, onde predominava o pecado, podendo até ser alvo de preconceito e discriminação.

Assim, conforme Aranha (1998) o preconceito leva à discriminação quando diferentes (tais como pobres, mulheres, idólatras, loucos e tantos outros) são considerados inferiores e excluídos dos privilégios desfrutados por aqueles que se consideram melhores. Nessa visão, as mulheres que não se permitissem seguir os preceitos da

sociedade eram excluídas, sob o preconceito de serem consideradas impuras, sendo, então, privadas do contato como as senhoritas ou senhoras honradas, como eram consideradas as mulheres que se adequavam à forma de vida exigida pela sociedade vigente.

Percebe-se, portanto, que por prudência a mulher deveria seguir os moldes da sociedade patriarcalista, mantendo-se sublime e recatada, detentora de pureza e castidade, revelando-se digna de um casamento. Afinal, este era o destino para o qual era educada.

Todavia, na segunda metade do século XIX, há uma evidente decisão educacional no espaço ocupado pela mulher, porém, condicionada basicamente numa figura subalterna, na qual é colocada em uma posição secundária, numa situação destinada exatamente a receber uma preparação para a função a ser exercida na sociedade, que não dista, ainda, das prendas artesanais e do lar. Nessa época, o sistema educacional, em geral, era muito limitado, tanto para o homem quanto para a mulher. Contudo, para o sexo feminino a limitação era maior ainda, uma vez que seu destino certamente seria o casamento e, conseqüentemente, a maternidade.

Vale ressaltar aqui, que durante certo tempo, as mulheres foram proibidas de frequentar uma escola, visto que as noções de leituras e escritas eram as mínimas possíveis e muitas vezes nem isso era permitido, o que dependia da rigorosidade do pai, uma vez que a educação era oferecida somente aos homens. Mesmo sendo de classe alta, deveriam ser educadas com o objetivo de desenvolver as habilidades de cuidar do lar, pois embora tivessem serviçais para fazer suas tarefas, teriam obrigação de saber desenvolver todas as atividades domésticas.

Nessa visão, o curso destinado às meninas voltava-se para uma educação no âmbito, essencialmente, da ordenação familiar, devendo, dessa maneira, exercer uma formação específica para desempenhar seu papel dentro da futura família que construiria.

Conforme Stein (1984 p. 26) O objetivo dos cursos secundários era a profissionalização e a preparação para os cursos superiores, propósitos que, já de imediato, excluía as meninas, uma vez que sua profissão seria idealmente o casamento e a maternidade. Nesse sentido, o casamento era o grande destino das mulheres e significava um grandioso prestígio, pois representava uma elevação de status na sociedade, uma vez não era permitida a realização de qualquer atividade que a promovesse socialmente, tornando-se dessa maneira restringida somente ao espaço domiciliar:

Para mulher - como para o homem - o casamento podia implicar ascensão social, mas para ela, esta era única maneira de alcançá-la, uma vez que não se lhe permitiam atividade que lhe possibilitassem promover-se socialmente por esforço próprio (Stein, 1984, p. 32).

Prevendo o matrimônio para a mulher, toda a família, necessariamente, deveria ser vigilante em torno desta, pois dela dependia a honra do grupo e principalmente se ela ainda fosse solteira, devendo esta resguardar a sua virgindade e pureza. Diante disso, é importante ressaltar que a moça não possuía nem o direito de escolher seu pretendente, sendo de responsabilidade do pai determinar com quem sua filha iria casar-se.

Na casa, a posição masculina era administrar e estabelecer as regras, enquanto para a mulher cabia o delineado papel de cuidar da casa:

cozinhar, varrer, lavar e de servir o marido em todos os seus desejos. Como afirma Stein (1984):

A mulher ocupava na família uma posição secundária, inferior à do homem. Ao lado da função procriadora, de assegurar herdeiros, a mulher de classe alta exercia a atividade de uma espécie de administradora das tarefas do lar. Dirigia os trabalhos da cozinha, supervisionava a arrumação da casa e o cuidado das amas, das escravas com as crianças, ocupava-se de serviços de costura e providenciava e organizava reuniões e festas (Id. p. 23).

No entanto, apesar das diversas regras impostas às mulheres, ainda existiam algumas que fugiam dos princípios prescritos pela sociedade tradicionalista, sendo consideradas impuras e sem honra, mas em consequência de tal comportamento atraía olhares de recriminação e era desprovida da amizade de outras mulheres, visto que seria má influência para as moças de família, como eram chamadas aquelas que seguiam minuciosamente os preceitos ditados pela sociedade vigente.

Nesse âmbito, o casamento era culturalmente algo pré-determinado para todas as mulheres, no qual a mulher constituía-se em uma propriedade exclusiva do marido, exprimindo virtude e submissão extrema a este. Segundo Albert (1980) a esposa deve obediência ao marido e, é obrigada a conviver junto a ele, seguindo-o para onde quer que vá. É, portanto, um ser dependente da figura masculina, no qual sua vida só atribui sentido ao lado do esposo.

O homem é o chefe da família, é quem dita às regras e administra os bens, quem por sua vez, sabe preservar com rigor todos os interesses dos filhos e da esposa, logo a mulher, ao se casar cede ao

marido o direito de manipular todos seus pertences adquiridos antes do casamento. Em grande parte, a vida da mulher se resumia com as atribuições voltadas para o espaço privado do domicílio, e aquela que fugisse as regras, era repudiada pela sociedade. As maneiras como as mulheres e os homens se comportavam, correspondiam às condições de aceitação ou repulsa da sociedade.

Com o passar do tempo, pouco a pouco a sociedade se transforma, desencadeando novos processos de produções, num contexto em que estava acontecendo um dos momentos históricos mais marcantes na história mundial que foi a Revolução Industrial, dando início à modernidade, em que o surgimento da tecnologia busca substituir a mão de obra artesanal pela maquinaria, visando o aumento na produção e, conseqüentemente, maiores lucros, causando grandes mudanças no âmbito social.

Assim, o advento da Revolução Industrial consolida o chamado sistema capitalista, fundamentado no capital e no trabalho assalariado, onde em pouco tempo, começam a se formar os grandes centros urbanos, nos quais emergem uma diversidade no campo de trabalho, transformando totalmente o cotidiano dos indivíduos. Nesse percurso, o crescimento populacional nas cidades contribui para novos modos de produção, ao mesmo construindo uma nova roupagem na identidade do povo brasileiro, ou seja, um novo estilo de vida com constantes mudanças.

A partir de então, a sociedade patriarcal, começa a abandonar alguns princípios, permitindo uma nova trajetória de trabalho para as mulheres. Nesse período, alguns esposos não conseguiam arcar com as despesas da família sozinhas, sendo, então, obrigados a romper com a ideologia de que lugar de mulher é em casa.

A mulher que, até então, tinha direito somente a uma educação limitada, passa a frequentar alguns espaços públicos, embora com algumas restrições, adentrando em um novo âmbito de trabalho, como por exemplo, as fábricas, trazendo grandes repercussões na estrutura da instituição familiar, causando novos paradigmas familiares, interferindo nas relações, uma vez que esta conquista um novo espaço na sociedade, sendo este um grande desafio, já que durante muito tempo viveu reprimida de qualquer direito que o colocasse no espaço masculino.

No entanto, apesar desses avanços a mulher ainda é alvo de repressões, pois ainda que venha conquistando seu espaço junto à sociedade, continua vista como inferior ao homem, com certos comportamentos reprimidos e como uma figura frágil, embora esta não seja uma imagem taxativa para todas. Como enfatiza Aranha (1998) as mulheres também são discriminadas profissionalmente, mesmo desenvolvendo serviços idênticos a dos homens recebem remuneração inferior, assim são desprezadas de cargos de chefia e constantemente excluídas da vida política. Pode-se então afirmar, que o cotidiano da mulher nesse cenário é permeado por discriminações de gênero, em que a mesma só pode ocupar uma simplificada posição na sociedade, visto que não se afasta do poder masculino.

3. ASPECTO SOCIAL DA MULHER PROSTITUTA NO CENÁRIO NACIONAL NO SÉCULO XIX.

O papel social da prostituta varia segundo época, cultura e moral vigente; nem sempre foi acompanhada dos estigmas impostos pelas sociedades atuais, de acordo com Fonseca (1982):

Ao falar em prostituta, hoje, muitos irão relacionar sua imagem a um dos mais baixos escalões que a mulher pode assumir. Historicamente, entretanto, essas mulheres não tiveram sempre sua figura depreciada, muito pelo contrário, antes de Cristo elas eram consideradas cultas e, por vezes, até como uma divindade (Id. p. 63).

Desde que o mundo é dito civilizado sempre houve a existência de prostitutas, as quais já foram admiradas pela inteligência e cultura, chegando até mesmo a serem associadas a deusas, com as quais muitos homens tinham a necessidade de manter relações sexuais para obter respeito e poder. Porém, com o advento da sociedade patriarcal a mulher passa a ser submissa ao homem e o lar é seu confinamento. Quando solteira é controlada pelo pai, ao casar é propriedade do marido. O sexo, nesse período, visa à reprodução, ou seja, a sexualidade jamais poderia acontecer com fins de prazer.

Por longos anos as relações matrimoniais foram negociadas pelos pais que, por questões políticas e econômicas, escolhiam os maridos para suas filhas. Assim, a mulher tinha que se manter casta para o esposo, cabendo a este o direito de devolvê-la, caso não fosse mais—pural. Qualquer manifestação feminina que se desviasse dos padrões pré-estabelecidos pela sociedade era vista com maus olhos. Além disso, a virgindade era considerada fator de orgulho e definição da chamada boa moral, pois ser virgem era sinal de honestidade.

A sexualidade nesse cenário da sociedade patriarcalista apoiada em bases religiosas cristãs, só era permitida na vida conjugal e com o único princípio moral de multiplicação dos membros da família:

A única forma de relacionamento sexual que a moral sexual admitia era a exercida dentro de uma relação sancionada pelo matrimônio. Isto está com certeza determinado pela visão de cunho cristão, vigente também no Brasil, do casamento e formação de família como forma exclusiva de atividade sexual não pecaminosa (Stein, 1984, p. 32).

Em suma, a relação sexual só deveria acontecer dentro do casamento e com finalidade exclusiva de procriação. De acordo com Paz (2001, p. 85) A igreja condenava a união carnal, mesmo dentro do casamento, se não tivesse como fim declarado a procriação, portanto, as mulheres só deveriam manter relações sexuais se fossem casadas, podendo ser consideradas —perdidas ou virtuosas, visto que nem todas seguiam as regras, sendo estas as prostitutas. Havia então uma dicotomia entre a mulher, separando dessa forma as moças para casar e as moças para satisfação sexual, pois até meados do século XX era intolerável o envolvimento amoroso com uma prostituta.

A sociedade no século XIX ainda mantinha ideais conservadores nos quais prevaleciam códigos de sociabilidade vigentes na época, mais precisamente no que se refere à mulher prostituta, onde as mesmas eram proibidas de circular e frequentar alguns ambientes públicos.

Evidenciava-se assim, que as prostitutas eram consideradas mulheres estigmatizadas e traziam consigo um comportamento fora dos padrões sociais, sendo reduzidas a um objeto de desejo sexual, tornando-se impuras e imorais.

A prostituta era vista como uma figura pública e suas diversificadas práticas sexuais dissociavam-na dos princípios morais da sociedade,

que censurava esse tipo de comportamento, uma vez que a mulher deveria resguardar-se, mantendo sua virgindade até o casamento:

A primeira condição do casamento é, portanto uma repressão profunda das necessidades sexuais, sobretudo na mulher; por conseguinte, a moral exige a castidade pré-nupcial, em especial da mulher. Diz-se que não é a sexualidade, mas sim a procriação que define a essência do casamento (REICH, sd, p. 41).

Nesse entendimento, as mulheres não podiam dispor-se livremente de sua sexualidade, devendo esta manter-se virgem quando solteira e fiel quando casada, tornando-se sinônimo de honra, cabendo-lhe assim, reprimir-se de todos os desejos dessa natureza.

As mulheres sofriam uma grande repressão sexual. A igreja incentivava a mulher a construir família, manter-se recatada, pura e submissa ao poder da figura masculina, seguindo dessa maneira os preceitos da sociedade vigente. Segundo Paz (2001 p. 62) para a igreja, o matrimônio é um dos sete sacramentos instituídos por Jesus Cristo e quem atentar contra a sua dignidade ou colocar em dúvida sua santidade não é apenas uma falta grave, mas uma heresia. Dessa forma, casar era o melhor meio de ser tida como pura. Assim, o objetivo do casamento não consistia na união das pessoas que se amavam, ou de prática do prazer sexual a alguma das partes, e sim, o da procriação.

De acordo com Paz (2001) a igreja censurava a união carnal que não manifestasse a finalidade de reprodução, mesmo dentro do casamento. A relação sexual consistia exclusivamente à fertilidade. O direito ao prazer era reservado somente para o homem. Assim,

necessitando firmar sua virilidade e ao mesmo tempo mostrar-se digno de esposa santa, o homem de melhor condição financeira buscava os bordéis, enquanto os mais pobres buscavam as prostitutas que cobravam menores valores.

Era nesse cenário que a prostituição ostensiva se espalhava pelas ruas disseminando a sexualidade perversiva, ameaçando a moral social, a vida e a saúde, visto que doenças difundiam-se e, nos bordéis, expandiam-se os vícios do álcool e drogas.

Quando o sexo se desvinculou do seu objetivo reprodutor, a prostituição passou a abranger desde os bairros mais nobres até aqueles frequentados por marinheiros e operários e, nesse contexto surgiu à necessidade de uma regulamentação da prostituição com uma política repressora que procurava o controle. De outro lado, grupos feministas não intencionavam o simples controle da prostituição, mas o fim da mesma, tendo por base o ideal da castidade feminina, em que as prostitutas, eram vistas como mulheres perdidas^{II}.

As mulheres prostitutas, na verdade, tinham uma imagem atrelada à escória social; eram mais uma mercadoria comercializada pelo capitalismo, uma degradação humana. Suas relações com os homens, fregueses, eram de mercadorias-consumidoras, visto que a prostituta comercializava seu corpo, separando nesse envolvimento o prazer do amor:

A mulher pública era visualizada como a que vendia o corpo como mercadoria: como vendedora e mercadoria simultaneamente. E também a mulher que era capaz de sentir prazer, que era lugar de prazer, mesmo sem amar, ou sem ser amada. Ela simbolizava, assim, a fragmentação do sujeito pós-moderno e a separação radical entre o erótico e o amor (Rago, 2008, p. 43).

Existia nesse caso um sentimento de ambiguidade dos homens pelas prostitutas, ao passo que se sentiam atraídos por elas pelo prazer carnal, as repudiavam, ou seja, a sociedade que a criticava era a mesma que utilizava seus serviços.

4. A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA PERSONAGEM LÚCIA NO ROMANCE LUCÍOLA.

O século XIX é permeado por ideais tradicionalistas, em que as mulheres mantinham-se reclusas e subservientes ao domínio da figura masculina em caráter essencialmente doméstico, e aquela que se desviasse dos padrões requisitados pela sociedade da época era vista com maus olhos, sendo assim, considerada desvirtuosa.

Nessa perspectiva, o romance *Lucíola* marca de forma bem definida os padrões de comportamento e os valores dessa sociedade que, em transformações no Segundo Império, era movida principalmente pelo dinheiro e preocupada com o status social que este lhe garantia. É assim, um romance urbano que tem como uma de suas características o conflito entre o indivíduo e a sociedade.

Nessa perspectiva, a personagem *Lúcia* do romance *Lucíola*, é subjugada pela sociedade, por não seguir os conceitos morais

vigentes, que excluía e condenava o relacionamento amoroso como forma de mercadoria, evidenciando que nenhum homem passaria a amar uma mulher que levasse esse tipo de vida, de forma que a mesma se tornava impura meio à devassidão, tornando-se símbolo do pecado, isto é, perderia sua honra, sua dignidade, sua reputação. A própria *Lúcia*, por vezes, condenava-se por seus atos, sentindo-se indigna de qualquer sentimento:

Enquanto abrir a mão para receber o salário, contando os meus beijos pelo número das notas do banco, ou medindo o fogo das minhas carícias pelo peso do ouro; enquanto ostentar a impudência da cortesã e fazer timbre da minha infâmia, um homem honesto pode rolar-se nos meus braços sem que a mais leve nódoa manche a sua honra; mas se pedir-lhe que me aceite, se lhe suplicar a esmola de um pouco de afeição, oh! então o meu contato será como a lepra para a sua dignidade e a sua reputação. Todo o homem honesto deve repelir-me!
(Alencar, 2005, p. 54).

Por meio dessas palavras, percebe-se que o conflito não se manifesta somente entre indivíduo e sociedade, mas dentro do próprio ser, em que *Lúcia* demonstra sua indignação em relação à posição que ocupa na sociedade, entregue à devassidão do sexo, cabendo-lhe reprimir-se de todos os desejos e aceitar o castigo por seus atos, e o que se percebe é que a própria personagem atesta preconceitos com as cortesãs, sendo ela integrante desse grupo social.

Nessa perspectiva, é possível notar que a mulher prostituta está rodeada de preconceitos e fortes discriminações da sociedade por ser um objeto público. Uma vez que deixa de lado sua virtude, como

é visto através da fala da personagem *Lúcia*, a qual demonstra a grande insatisfação em que vive em decorrência do serviço prestado, tornando-se repugnante e vulgar:

- ah! Esquecia que uma mulher como eu não se pertence; é uma coisa pública, um carro da praça, que não pode recusar quem chega. Estes objetos, este luxo, que comprei muito caro também, porque me custaram vergonha e humilhação, nada disto é meu. (Alencar, 2005, p. 46).

Nota-se, portanto, que no contexto social ligado ao romance, é evidente que a relação sexual só era aceita socialmente dentro do matrimônio e com a finalidade exclusiva de procriação, ou seja, as mulheres deveriam ser portadoras de pureza e guardiãs das doutrinas morais, devendo mostrar sua virtude, e assim, evitar práticas que viessem a transgredir sua representação na sociedade, como por exemplo, o amor carnal. Santos (2009), em seu artigo, enfatiza as personagens, *Lúcia*, *Sofia* e *Lenita*: *Três Mulheres Brasileiras do Século XIX* (Perfis do Feminino Por José de Alencar, Machado de Assis e Júlio Ribeiro):

As prostitutas aparecem como mulheres de vida fácil que se vendiam por dinheiro e praticavam o sexo para alcançarem uma vida mais regrada financeiramente; no entanto, eram elas que satisfaziam os homens antes do casamento (e, decerto, durante); que permitiam o extravasamento sexual masculino, além de promoverem as orgias – só permitidas fora do ambiente caseiro – contribuindo, assim, para manter o respeito (de fachada) dos maridos para com a pureza das esposas, idealizadas apenas como seres propícios à procriação e nunca à realização dos desejos carnaís (Id. p. 32).

No contexto da época, tal temática representava um grande escândalo e era tido como inaceitável, uma vez que fugia os rígidos padrões sociais e morais. Desse modo, a figura da prostituta era circundada por uma contradição: de um lado era algo útil, de outro era vergonhoso. Assim, a sociedade que a mantinha era a mesma que a repudiava, visto que a função que desempenhava representava algo ilícito; como se pode perceber nesse fragmento da obra *Lucíola*:

Quem é esta senhora? Perguntei a Sá.

A resposta foi o sorriso inexprimível, mistura de sarcasmo, de bonomia e futilidade, que desperta nos elegantes da corte a ignorância de um amigo, profano na difícil ciência das banalidades sociais.

- Não é uma senhora, Paulo! É uma mulher bonita. Queres conhecê-la? (Alencar, 2005, p. 8).

É evidente, por meio das palavras de Sá o preconceito existente no grupo social a qual pertence, visto que, o autor José de Alencar,

explicitamente, lança mão de uma crítica à sociedade burguesa do contexto abordado, colocando em cena as relações amorosas estabelecidas em troca de dinheiro causando reações exacerbadas de grandes discriminações, como se observa no trecho abaixo:

Quando a mulher se desnuda para o prazer, os olhos do amante a vestem de um fluido que cega; quando a mulher se desnuda para a arte, a inspiração a transporta a mundos ideais, onde a matéria se depara ao hálito de Deus; quando, porém a mulher se desnuda para cevar, mesmo com a vista, a concupiscência de muitos, há nisto uma profanação da beleza e da criatura humana, que não tem nome.

É mais do que a prostituição: é a brutalidade da jumenta ciosa que se precipita pelo campo, mordendo os cavalos para despertar-lhes o tardo apetite (Alencar, 2005, p. 29).

Nesse enunciado, é notável a descrição das atividades desenvolvidas pelas meretrizes, revelando assim sua conduta dissoluta que a leva ao caminho da perdição, mantendo-a a margem da sociedade em decorrência dos requintados princípios moralistas da época patriarcalista.

Outra situação em que a prostituição conduzia a mulher a um mundo de privações era quanto ao direito de escolher seus pares. Nessa teia, vê-se o exemplo em Lúcia, que perde a liberdade de escolher seu parceiro, passando a ser escrava do prazer. Conforme é descrito no trecho do romance em estudo quem não tem o direito de escolher, aceita o primeiro que lhe chega; e o mais ridículo é sempre o melhor.(Alencar, 2005 p. 49).

Na relação prostituta X cliente o amor depende exclusivamente do status financeiro que lhe é oferecido em troca; a sexualidade é totalmente separada do afeto entre ambas as partes, havendo ali nada mais que a satisfação do prazer. A prostituta era, assim, visualizada como uma mulher de vida fácil em que seu amor consistia apenas numa relação cristalizada na troca de favores:

— *Supunha que fosse apenas uma dessas moças fáceis a quem, contudo, é preciso fazer a corte por algum tempo.*
— *O tempo de abrir a carteira. Andas no mundo da lua, Paulo. Queres saber como se faz a corte à Lúcia?... Dando-lhe uma pulseira de brilhante, ou abrindo-lhe um crédito no Wallerstein* (Alencar, 2005, p.10).

Mediante tais comportamentos, fica explícito como as meretrizes se entregam ao prazer, ao passo em que se une ao homem por interesses financeiros e/ou realização pessoal sem nenhum vínculo afetivo, apenas entregue a realização dos desejos carnis, no qual seu corpo era tido como objeto de trabalho/mercadoria a ser comercializado.

Nessa teia, *Lúcia*, embora sendo uma prostituta, demonstra um sentimento de angústia e repulsão dos seus atos, conforme se percebe neste trecho: “- *Tens razão, Laura, perdi a vergonha para ganhar o dinheiro de que precisas; e descí a este ponto, Nina, desde que me habituei a desprezar o insulto, tanto como o corpo que nós costumamos vender*” (Alencar, 2005, p. 30). Nesse discurso, nota-se a grande ambiguidade que circundava a vida pública Lúcia, a qual a colocava em situações marginalizadas na sociedade.

Assim, a personagem *Lúcia* do romance *Lucíola*, é subjugada pela sociedade, por não seguir os conceitos morais vigentes, que excluía e condenava o relacionamento amoroso como forma de mercadoria, evidenciando que nenhum homem passaria a amar uma mulher que levasse esse tipo de vida, de forma que a mesma se tornava impura meio à devassidão, tornando-se símbolo do pecado, isto é, perderia sua honra, sua dignidade, sua reputação.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se através desse estudo analisar a representação social da prostituta num contexto em que a mulher ocupava o papel denominado de Rainha do Lar, cercada por ideais moralistas, no qual trazia consigo uma relação de subalternidade.

Diante do que foi aqui exposto, nota-se que na sociedade brasileira, no século XIX, viviam valores conservadores, baseados nos paradigmas patriarcalista que ditavam as práticas do cotidiano, no qual a mulher mantinha-se recatada e dona da pureza.

Nesse sentido, pode-se ressaltar que a literatura brasileira possui um vasto repertório de figuras femininas, as quais protagonizam diversas narrativas, envolvem-se em diferenciadas situações, apresentam comportamentos considerados positivos ou negativos aos padrões sociais, como por exemplo, no romance *Lucíola*, no qual José de Alencar traz para o cenário a personagem Lúcia, uma prostituta que vive marcada por preconceitos, visto que tal comportamento se configura numa violação aos códigos de sociabilidade da época.

Assim, o autor, quebrando as amarras dessa representação do feminino, em que a protagonista geralmente é uma figura delicada,

apresenta-nos uma mulher destemida, forte, que em seu interior vivencia uma luta entre a força regeneradora da pureza do amor e uma vida de pecados e devassidão, criando em sua personagem uma figura ambígua até mesmo no próprio nome, sendo dois para uma única mulher: Lúcia e Maria da Glória - no primeiro a imagem da cortesã poderosa, mundana, sensual e tentadora, no outro, a moça delicada e pura, de alma virgem, a quem, por amor à família, o destino arruinara a vida.

Por meio desse estudo, compreende-se quão plausível é analisar obras literárias cujas temáticas voltam-se para o social, uma vez que nos permite adentrar em acontecimentos históricos de séculos passados, abrindo margem para a intertextualidade, tornando possível o conhecimento das transformações sofridas na sociedade.

Nesse âmbito, é possível afirmar que analisando a obra *Lucíola*, de José de Alencar, vê-se o percurso da mulher no decorrer do tempo, na conquista do seu espaço em uma sociedade onde a figura masculina ainda é marcante na detenção do poder.

Nota-se, portanto, através deste estudo a existência de padrões de comportamentos hierarquizados, e as codificações comportamentais exigidas pela sociedade patriarcalista. Nesse véis, as mulheres prostitutas, com suas práticas impuras tornou-se alvo de grandes discriminações, passando a serem excluídas do convívio de sociabilidade.

Há ainda muito a ser estudado e discutido acerca dessa temática que emergiu há séculos e que ainda hoje ressoa em nosso cotidiano, embora com outra linguagem. Esse é apenas um dos primeiros passos para uma jornada de mudanças que chegaram ao século XXI

e, mesmo agora ainda necessita de outras transformações e outros pesquisadores para iluminar os novos percursos.

No entanto, este trabalho não vem findar as reflexões acerca do assunto abordado, mas propicia abrir novos horizontes de investigações sobre a representação do feminino, levando-nos a refletir sobre questões que emergiram em séculos passados e que ainda hoje permanecem na sociedade, embora se apresentando com outra roupagem, visto que atualmente a prostituição tem sido considerada profissão, mas que ainda é alvo de muitos tabus.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERT, Charles. **O casamento Burguês e o Amor Livre**. Rio de Janeiro: Chaminé, 1980.

ALENCAR, José de. **Lucíola**. São Paulo: DCL, 2005. (coleção Grandes Nomes da Literatura).

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Temas de Filosofia**. São Paulo. 2. ed. rev. São Paulo: Moderna, 1998.

FONSECA, Guido. **História da prostituição em São Paulo**. São Paulo: Resenha Universitária, 1982.

PAZ, Octávio. **A dupla Chama; amor e erotismo**. São Paulo: Silicano, 2001.

RAGO, Margareth. **Os prazeres da noite - a prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

REICH, Wilhem. **Casamento Indissolúvel e as Relações Sexuais Duradoras**. Centelha viva. Sd.

SANTOS, Carla de Paula. **Lúcia de Paula. Lúcia, Sofia e Lenita**: três mulheres brasileiras do século XIX (perfis do feminino por José de Alencar, Machado de Assis e Júlio Riberio). Vitória-ES, 2009.

STEIN, Ingrid. **Figuras Femininas em Machado de Assis**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. (coleção Literatura e teoria literária)

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 4ª Ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2003.

XAVIER, E. (1998). **Declínio do patriarcado**: a família no imaginário feminino. Rio de Janeiro: Record, Rosa dos Tempos.

¹ Licenciada em Letras, com habilitação em Língua Portuguesa e Literatura, pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Licenciada em Filosofia pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Especialista em Língua Portuguesa e Literatura pelo Instituto de Ensino Superior Franciscano (IESF).